

ABSTRAÇÕES IMPERFEITAS: O USO DE TEORIAS E DE CONCEITOS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

IMPERFECT ABSTRACTIONS: USE OF THEORIES AND CONCEPTS IN INTERNATIONAL RELATIONS

Bruno Theodoro Luciano¹

RESUMO:

O presente artigo objetiva apresentar a utilização e as limitações das teorias em Relações Internacionais, bem como discutir a potencialidade de intercâmbio da mesma pelo uso de conceitos, tal como sugerido por Amado Cervo em artigo e congressos recentes. Com base na Teoria Crítica e nos Estudos Pós-Coloniais, discute-se a interpretação da “teorização” como instrumento hegemônico e a preferência pela “conceitualização” como recurso descolonizador. Ambas as abordagens apresentam vantagens e “armadilhas”, limitações para a construção de conhecimento. Esse estudo pretende avaliar as duas faces da aplicação tanto de conceitos como de teorias e indicar modelos alternativos de se pensar RI, sem descartar plenamente os dois instrumentos de abstração explorados.

PALAVRAS-CHAVE:

Teoria das Relações Internacionais; Conceitos em Relações Internacionais; Pós-colonialismo.

ABSTRACT:

The present article aims to present the use and the limitations of the theories of International Relations, besides to analyze the potential of its changes in direction to the use of concepts, as suggested by Amado Cervo in recent articles and congress. Based on Critical Theory and Post-Colonial Studies, it is discussed the understanding of “theorization” as a hegemonic instrument and the preference for “conceptualization” as a decolonizing resource. Both perspectives present advantages and “traps”, limitations to knowledge construction. This study intend to evaluate the two application sides of concepts and theories and indicate alternative models of thinking IR, without discarding completely both abstraction instruments explored.

KEY-WORDS:

Theory of International Relations; Concepts in International Relations; Post-colonialism.

Introdução

¹ Bacharel e Mestrando em Relações Internacionais (IREL-UnB). É bolsista de mestrado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Contato: brutheodoro@hotmail.com

A disciplina Relações Internacionais (RI) tem sido marcada por sucessivos debates entre escolas de pensamento ou paradigmas de RI. Essa disputa, marcada nos âmbitos epistemológicos e metodológicos, tem tomado uma direção nova nos últimos anos, com a incorporação de vozes não-Ocidentais ao debate de RI e com a discussão da real potencialidade de se formular teorias as quais tenham a capacidade de explicar os fenômenos internacionais de modo universal. Contemporaneamente, acadêmicos de dentro e de fora do Ocidente têm questionado a pretensão universalista das Teorias das Relações Internacionais tradicionalmente mais difundidas.

O presente artigo objetiva apresentar a utilização e as limitações das teorias em RI, bem como discutir a potencialidade de intercâmbio da mesma pelo uso de conceitos, tal como sugerido por Amado Cervo em artigo e congressos recentes. Com base na Teoria Crítica e nos Estudos Pós-Coloniais, discute-se a interpretação da “teorização” como instrumento hegemônico e a preferência pela “conceitualização” como recurso descolonizador. Ambas as abordagens apresentam vantagens e “armadilhas”, limitações para a construção de conhecimento. Esse estudo pretende avaliar as duas faces da aplicação tanto de conceitos como de teorias e indicar modelos alternativos de se pensar RI, sem descartar plenamente os dois instrumentos de abstração explorados.

A construção hegemônica: as teorias de relações internacionais

A ideia de se construir teorias com o objetivo de alcançar, de modo universal, a explicação de todos os fatos internacionais é o método convencional de se estudar RI. Com o passar dos anos e as mudanças conjunturais, a Academia procurou somente reajustar as correntes teóricas existentes em novas realidades, tanto no *centro* como na *periferia* (SNYDER, 2004). A constituição de teoria como máxima abstração explicativa afastaria a mesma da impossibilidade de entender fenômenos tanto em períodos variados ao longo do tempo (atemporalidade) como os situados nas mais diversas localidades (universalidade). Essas qualidades seriam fundamentais para se qualificar determinado pensamento como digno de ser definido como “teórico”.

A Teoria das Relações Internacionais (TRI) apresentaria um poder de ultrapassar rótulos políticos efêmeros para conduzir o debate intelectual a premissas subjacentes, as quais estariam presentes em toda a história da humanidade (SNYDER, 2004). Elementos conjunturais seriam separados de fatores estruturais, sendo que esses últimos seriam, de fato, os responsáveis pelas mudanças e continuidades dentro do sistema internacional. As premissas associadas à determinada teoria seriam os valores encontrados na natureza e na sociedade humana e que se manteriam durante toda a evolução social.

A interpretação dessas premissas não seria consenso no campo de RI, o que impediu em todos os anos dessa recente disciplina de se falar em somente uma única TRI, mas sim em diversas teorias de RI, dada a diversidade de conjunto de premissas apreendidas pelos acadêmicos por meio da observação da realidade. Esse conjunto de ideias seria competitivo e não uma ortodoxia teórica. Essa competição, no entanto, pode ser positiva, já que poderia revelar tanto as fraquezas quanto as fortalezas das distintas teorias concorrentes (WALT, 1998).

Os estudos de RI são mais bem entendidos pela competição entre as tradições liberal, realista e radical. Cada uma dessas tradições apresentaria um conjunto de premissas específicas que favoreceriam uma interpretação distinta da realidade, a depender da teoria a ser empregada (WALT, 1998). O entendimento de teoria como construção universal dificultaria a adoção de variáveis intermediárias entre as tradições citadas, visto a incompatibilidade da totalidade das premissas embutidas em cada abordagem teórica tradicional.

Por mais que a adoção de teorias seja complexa, haveria uma ligação inescapável entre o mundo abstrato da teoria e o mundo real da política (WALT, 1998). As teorias seriam elementos fundamentais para um melhor entendimento do mundo por formuladores de políticas e por atores responsáveis pela política internacional. No âmbito de RI, houve uma tentativa de se entender a disciplina tanto por escolas ou paradigmas teóricos quanto por uma evolução através da construção de grandes debates (WAEVER, 2005). A noção de sucessivas competições entre correntes teóricas e metodológicas concorrentes fez com que a história da disciplina fosse somente entendida por meio desses grandes debates, os quais teriam construído o estado da arte atual de RI. A carga hegemônica incorporada à construção das teorias, sob esse ponto de vista, tenderia a uma eterna luta interparadigmática, nos dizeres de Thomas Kuhn, até o ponto em que uma única teoria se tornasse dominante.

A sugestão que Waever faz, como forma de fugir das ideias de grandes tradições teóricas, é de entender o estudo de RI por meio dos pensamentos dos *masters*, grandes acadêmicos do campo que produziram um conhecimento próprio e individual, ao invés de agrupá-los em escolas, incorrendo em rótulos e simplificações. Em RI, o domínio de pensadores anglo-americano tem dificultado a inclusão tanto de franceses e alemães quanto de autores não-ocidentais na construção do pensamento da disciplina (WAEVER, 2005). A produção acadêmica de RI até então foi restrita ao que as academias norte-americana e inglesa, consideradas fundadoras da disciplina, ditaram em termos teóricos.

A partir da Pós-Guerra Fria, há o aumento de uma preocupação epistemológica de natureza pós-positivista, a qual pretende se desvencilhar da noção tanto de conhecimento quanto de metodologia da corrente positivista,

hegemônica até então. O debate positivismo vs pós-modernismo teria substituído na contemporaneidade os grandes debates anteriores, associados à competição entre as tradições teóricas hegemônicas supracitadas. O pós-positivismo apresentaria uma sistemática crítica às premissas epistemológicas/metodológicas do positivismo científico. Por meio do relativismo científico, o pós-positivismo pretende negar as premissas de universalidade, atemporalidade e imparcialidade do conhecimento positivista. Segundo a corrente pós-moderna, esses preceitos seriam contestados, dada a impossibilidade de construir um conhecimento que seja de fato isento de valores pessoais.

Alguns pensadores pós-positivistas teriam sugerido construções, de cunho teórico, como modelo alternativo às propostas positivas. Esse esforço pós-positivista é considerado infrutífero por Houghton (2008). Segundo o autor, os pós-positivistas falham em escapar da ortodoxia positivista. Ao mesmo tempo em que destroem as premissas universais e imparciais do positivismo, assumem premissas ou crenças tais quais seus adversários, assumindo suas posições. Uma postura relativista absoluta não levaria ao avanço da teoria, já que essa perderia sua base lógica, característica assumida como central ao conhecimento de fundamento teórico (HOUGHTON, 2008).

Na realidade os acadêmicos constroem crenças em suas próprias teorias, não importando se essas apresentem base positivista ou pós-positivista. Um dos mais atuais grandes debates de RI seria estéril e contraprodutivo, apresentando mais em comum do que a princípio se suporia (HOUGHTON, 2008). Tanto positivistas como pós-positivistas se associariam a crenças pessoais, sob um ponto de vista pós-moderno.

O desenvolvimento da disciplina de RI esteve, até o momento atual, vinculada a uma noção *strito sensu* de teoria, fundamentada pela epistemologia positivista. As crenças na universalidade, atemporalidade e imparcialidade do conhecimento científico, por meio das abstrações teóricas, seriam as bases para se construir qualquer pensamento considerado válido pela comunidade acadêmica. Contemporaneamente, essa interpretação da teoria passa a ser reavaliada, especialmente quanto a sua pretensão de universalidade e imparcialidade, como se verá a seguir.

Uma perspectiva descolonizadora: o uso de conceitos em relações internacionais

Como forma de se relativizar a universalidade da teorização em RI, acadêmicos passaram a procurar observar o ensino da disciplina fora do eixo anglo-americano, ou ocidental. Recentemente, sugeriram obras as quais buscam discutir se RI realmente é uma disciplina internacional. Tickner & Waeber (2009) e Acharya e Buzan (2010) representam o esforço de se avaliar como RI tem sido

estudada e ensinada ao redor do mundo e especialmente nas regiões do globo que não estariam associadas à ideia de *Ocidente*. No caso específico de Acharya e Buzan (2010), é dada ênfase ao continente asiático, região que na atualidade tem sido considerada um dos eixos mais dinâmicos para a política e a economia internacional, especialmente com a ascensão chinesa, além das questões de segurança relacionadas ao Oriente Médio e Ásia Central.

Atualmente, RI seria uma disciplina global *made in USA*. A dominância da academia norte-americana nas publicações e produções científicas na área fez com que a disciplina passasse a falar, baseada nos fenômenos observados no centro, sobre o todo, ou seja, o restante do mundo (TICKNER & WAEVER, 2009). RI, nesse sentido, não seria tão internacional quanto se pressuporia, dada a não-abertura para as vozes não-ocidentais participarem das discussões acadêmicas internacionais.

O distanciamento dos ditames teóricos de RI de muitos de seus objetos, especialmente os vinculados ao Terceiro Mundo, produziram uma falsa aplicabilidade das teorias de RI nessas regiões. Conceitos chaves de RI, como os de soberania, autodeterminação, governo, não se encaixariam nas conjunturas do mundo em desenvolvimento (TICKNER & WAEVER, 2009). A evolução da disciplina teria de se ajustar à necessidade de se reavaliar os conceitos utilizados hegemonicamente pela disciplina, com o objetivo de poder aplicá-los na *periferia*. A noção de se associar elementos considerados internacionais a conjunturas locais poderia produzir o esforço de construção de uma disciplina que seja *localmente global*.

Tickner & Waever (2009) baseiam sua tentativa de internacionalizar RI em dois aportes epistemológicos, provenientes dos Estudos Pós-Coloniais e da Sociologia das Ciências. A Teoria Pós-Colonial representa a expressão do pensamento das ex-colônias acerca de sua própria existência e de sua situação subalterna e marginalizada em relação aos ex-colonizadores, os Estados Ocidentais. O pensamento pós-colonial teria se iniciado nos Estados recém-independentes e se espalhado para o restante do mundo, especialmente por meio de imigrantes. No campo de RI, esse pensamento tem contribuído para se deixar de falar nas lógicas Leste-Oeste, haja vista o fim da Guerra Fria, para se aprofundar nas relações Norte-Sul, ou até mesmo Sul-Sul, com o aumento de interdependência entre os países emergentes e com seu entorno. Entender como se pensar a partir do Sul e não do Ocidente pode ser um dos primeiros passos para se compreender como RI pode ser pensada de fora do que se é considerado epicentro do pensamento.

A preocupação central da Sociologia das Ciências seria examinar os mecanismos sociais em jogo no universo social dos pesquisadores, seja

internamente a comunidades acadêmicas específicas, ou externamente, associados a interesses econômicos e políticos (TICKNER & WAEVER, 2009). Essa abordagem é fundamental para se entender quais fatores e quais interações sociais estão associados à produção do conhecimento de RI fora do eixo anglo-americano. Em torno dessas duas abordagens citadas, Teoria Pós-Colonial e Sociologia das Ciências, os autores procuram explorar o pensamento de RI ao redor do mundo.

Outra obra fundamental no esforço de desconcentrar o estudo de RI é apresentada por Acharya e Buzan (2010), observando especialmente as produções de RI no continente asiático. A pergunta de pesquisa dos autores é mais específica, já que procuram uma TRI não-ocidental, em oposição a hegemonia do pensamento ocidental na disciplina em questão. Segundo os organizadores do trabalho, as fontes de TRI falham em corresponder a distribuição global de sujeitos das RI. Atores não-ocidentais, os quais têm alcançado maior relevância na prática da política e da economia internacional, seriam vozes silenciadas na construção dos estudos de RI. A proposta dos autores é encontrar um pensamento teórico não-ocidental que tenha a potencialidade de desafiar a TRI Ocidental (ACHARYA & BUZAN, 2010).

Essa pesquisa tem grande fundamento na abordagem da Teoria Crítica no âmbito de RI, nomeadamente os escritos e citações do autor Robert Cox. Segundo esse pensador, “teoria é sempre para alguém e para algum propósito” (COX, 1986). Contesta-se a presunção de imparcialidade na produção teórica, não somente em RI, mas em todas as ciências sociais. A tradição hegemônica americana procurou, ao longo do tempo, definir Teoria em termos positivista, reforçando o potencial de se construir um conhecimento científico que se afaste de interesses políticos individuais. A Teoria Crítica rejeita essa premissa positivista, ao associar a epistemologia positivista a um instrumento de dominação hegemônica do pensamento ocidental, ou norte-americano.

A influência do pensamento hegemônico ocidental não se limitaria somente ao *centro*. A maioria dos teóricos não-ocidentais foi treinada em escolas ocidentais, no contexto de colonização e de incipiência das academias não-ocidentais. Esses teóricos, ao trazer o pensamento ocidental para o *não-ocidente*, estariam reforçando o domínio ocidental no pensamento local (ACHARYA & BUZAN, 2010). A teoria, sob o ponto de vista da Teoria Crítica, seria um empreendimento político, vinculado a interesses e propósitos definidos. Para os autores, teoria seria uma visão ocidental de como construir conhecimento.

A grande contribuição dessas obras é abrir um espaço “ocidental”, situado nos grandes círculos acadêmicos norte-americanos, para se apresentar as discussões que determinados autores não-ocidentais trazem de suas regiões. O exemplo africano, por mais que se torne fonte de rótulos e simplificações

acerca do que seria um pensamento africano em RI, dá margem à apresentação da relação dos problemas e preocupações desse continente com o estudo de RI. Nesse sentido, Ofuho (2009) ressalta a existência de um gap entre teoria e prática no caso dos estudos de RI na África. Segundo o autor, as teorias tradicionais seriam inapropriadas para se estudar o continente africano, e a distância entre teoria e práxis seria enorme nesse contexto.

Um olhar meramente ocidental para o continente não somente seria errôneo, mas também míope. As preocupações africanas são totalmente distintas das problemáticas inseridas pelas teorias ocidentais. Os estudantes africanos estariam mais interessados em estudar temas diferentes de RI, associados à pobreza, fome, refugiados, migrações, desenvolvimento etc, temáticas nada ou pouco discutidas pelas academias anglo-americanas (OFUHO, 2009). Haveria uma tentativa dos pensadores da periferia em associar a teoria à prática, necessitando que as teorias ou os conceitos utilizados em RI se aproximem da realidade local africana.

No contexto da discussão teórica de se internacionalizar as RI, a recente contribuição do brasileiro Amado Cervo (2008) pode servir como mais um esforço em relativizar o papel das teorias em RI bem como de aproximar a disciplina de preocupações locais e regionais que não sejam necessariamente as ocidentais. Amado Cervo procura analisar o nexo entre conceitos e teorias de RI, avaliando o alcance explicativo de cada um dos modelos de abstrações e sua possibilidade de enfoque regional ou nacional. A intencionalidade de Cervo é explicitar o alcance explicativo universal forjado que as teorias carregam e elevar o papel que os conceitos podem oferecer como alternativa a hegemonia das teorias em RI.

Aproximando-se do pensamento coxiano, Cervo afirma que as teorias não são isentas nem imparciais conforme enunciam seus construtores. Na realidade sua intenção é de expandir o padrão ocidental de pensamento para o restante do mundo. Em resposta, os conceitos não teriam essa ambição explicativa universal das teorias, visto que resultariam da própria construção social de determinado espaço (CERVO, 2008). Não se recusa o fato de que um conjunto de conceitos pode ser comparado ao papel explicativo de uma teoria, porém a própria construção do conceito já teria uma significação relevante a oferecer, a qual poderia atender às necessidades nacionais ou regionais. Enquanto a construção teórica estaria vinculada ao pensamento dedutivo, o uso de conceitos favoreceria o método indutivo, ao estar mais próximo e fundado na empiria. A incorporação do pensamento teórico externo poderia causar danos ao interesse nacional, se não adaptado ao contexto local. Já os conceitos teriam condições reais de orientar a ação externa dos Estados e de seus interesses, ao ser fundamentado pela cultura e pelos valores nacionais (CERVO, 2008).

Duas funções principais teriam os conceitos, segundo Cervo (2008): reavaliar o papel das teorias e estabelecer as capacidades explicativas singulares dos conceitos. A funcionalidade de se discutir o papel das teorias em RI pode ser entendida, com base nos estudos pós-coloniais, como uma postura *descolonizadora*, a qual objetiva emancipar o pensamento do mundo em desenvolvimento do *imperialismo epistemológico* das teorias (CERVO, 2008). A exposição da capacidade operacional dos conceitos, como instrumento eficaz no desenvolvimento da política externa dos Estados, evidencia a constituição de uma imagem positiva para os conceitos, em detrimento das construções teóricas. A relativização de Cervo das teorias, muito próxima ao pensamento de Cox (1986), não se torna absoluto a ponto de negar a possibilidade de construir qualquer tipo de conhecimento. Sua alternativa de mudança de sistema é por meio de um instrumento descolonizador: os conceitos.

As armadilhas das teorias e dos conceitos em relações internacionais

Valendo-se novamente da assertiva de Cox (1986) de que “toda teoria é sempre para alguém e para algum propósito”, é possível fazer uma reflexão a respeito das armadilhas que as teorias, assim como os conceitos podem apresentar. Tal qual teoria, conceitos são abstrações imperfeitas e podem conter vieses e limitações de mesma natureza. Discute-se nesse artigo que, assim como as teorias podem ser utilizadas pelos países do Ocidente com um propósito de dominação, traduzido por Cervo como *imperialismo epistemológico das teorias*, os conceitos podem ser vistos como instrumentos de descolonização de acadêmicos de países periféricos, com o propósito de se tornarem autônomos da academia ocidental e de construir um conhecimento próprio, baseado em valores nacionais, regionais ou locais.

Essas implicações são relevantes na medida em que não se pode entender o uso de conceitos como solução dos problemas ligados às falsas pretensões das teorias. Os conceitos apresentam, do mesmo modo que as teorias, funções sociais definidas por seus propósitos, retomando os termos que Cox maneja no trato das TRI tradicionais (COX, 1986). Fazer uso dos conceitos sem essas considerações leva a uma reflexão propensa a ciladas análogas às relacionadas ao uso de teorias. Retomando os tópicos anteriores, são apresentadas tanto as limitações e armadilhas das teorias quanto dos conceitos. Argumenta-se que o uso apropriado de ambas as abstrações deve ser feito com base nos limites que as mesmas carregam, evitando-se a pura negação de um ou de outro instrumento acadêmico.

Conforme explorado anteriormente, a natureza eurocêntrica ou ocidental tanto de RI como das TRIs negligencia o Terceiro Mundo em sua construção

(BONIFACE & MAKOMBE, 2009). As preocupações e os objetos que permeiam o estudo teórico de RI estão vinculados a uma região específica, entendida como Ocidente, e não são observadas, pela academia tradicional, as demais localidades do globo. Os discursos de natureza pós-colonial procuram evidenciar a crítica à visão de universalidade teórica defendida pelo ocidente. Essas armadilhas não só valem para as correntes de TRI tradicionais (realismo e liberalismo), como também para demais abordagens, como o marxismo e a própria teoria crítica. Todas essas visões teóricas, sejam mais ou menos radicalistas, são fundadas e construídas pela observação dos fatos *do* Ocidente e *pelo* Ocidente.

Não é possível construir algo que seja entendido como universal sem incluir essa parte do mundo normalmente negligenciada (BONIFACE & MAKOMBE, 2009). Por mais que cada vez mais vozes deixem de ser silenciadas em TRI, com a ascensão de países emergentes, ainda haverá regiões esquecidas pela disciplina, que permanecem desconhecidas pelo Ocidente. Se há dificuldade em se acreditar que todas essas vozes possam, em algum momento, fazer parte de um discurso teórico uníssono, como validar a premissa de universalidade do conhecimento de RI por meio de teorias?

Cervo procura explicitar as armadilhas inerentes ao uso das teorias de RI. Essas seriam responsáveis por embutir interesses de países terceiros nas regiões periféricas. Segundo o autor, o uso desmedido das teorias favoreceria a desigualdade entre as nações, e a dominação e a influência entre os países de capacidades distintas. Essas ciladas associadas às teorias teriam, inclusive, o potencial de prejudicar o interesse nacional. A pura importação de teorias deve ser evitada sem uma devida filtragem contextual (RICHE, 2010).

Assim como as teorias, os conceitos também estão imiscuídos de ciladas. Teorias quanto conceitos teriam o papel de orientar as nações no âmbito externo (CERVO, 2008). Os conceitos também estariam associados a um propósito pré-definido. No caso do uso de conceitos como alternativa epistemológica por países da periferia, o objetivo estaria em se desvencilhar das amarras teóricas construídas pela academia ocidental, as quais tenderiam a moldar o conhecimento de RI ao redor do mundo.

A proposta de Amado Cervo apresenta uma visão reducionista sobre o atual estágio de desenvolvimento teórico em RI, inclusive dentro do mundo anglo-americano. A imagem de TRI explicitada por Cervo está diretamente relacionada às teorias *mainstream*, calcadas na introdução do positivismo nas RI e identificadas na síntese do neo-realismo com o institucionalismo neoliberal. Embora seja feita referência aos teóricos do Construtivismo Social, especialmente de Alexander Wendt, como esforços críticos de se desvencilhar das armadilhas embutidas nas teorias (CERVO, 2008), não são mencionadas outras abordagens

teóricas pós-positivistas (Teoria Crítica, Feminismo, Pós-Estruturalismo, Pós-Modernismo, Pós-Colonialismo), as quais têm criticado, por dentro e fora do Ocidente, o caráter universalizante das TRI tradicionais.

Se a política regional do Ocidental se expandiu globalmente, assim como suas teorias, por que, no contexto atual, não poderia acontecer o mesmo com a política e a teoria regional asiática? (ACHARYA & BUZAN, 2010). Outras armadilhas dos conceitos estariam ligadas a sua própria natureza. Conceitos tradicionalmente utilizados em RI, como soberania, balança de poder, entre outros, teriam o valor igual no Ocidente e no não-Ocidente? (ACHARYA & BUZAN, 2010).

O caso chinês pode ser apresentado como forma refinada de se contextualizar essa reflexão e pensar em uma possível reversão de tendências de dominação epistemológica. É possível que a expansão chinesa acompanhe uma TRI oriunda da China? (WANG, 2010). Durante muito tempo o Ocidente foi tido como um modelo a ser seguido pela periferia, incluindo-se o Extremo Oriente. Com o tempo, percebe-se que na realidade a TRI Ocidental é somente uma representação da realidade local de uma única região, o Ocidente. Um exemplo da diferença dos valores de conceitos entre chineses e ocidentais é o de não-intervenção. Esse princípio é muito mais valioso e menos relativizado pelos chineses que para os ocidentais, o que explica a postura internacional da China em temas que tangenciem esse princípio (WANG, 2010).

Podese discutido se teoria é de fato isenta de valores, como tradicionalmente entendido pelo positivismo ou se seria um instrumento ideológico. No âmbito da China, RI, contemporaneamente, não é limitada a um reflexo passivo da teoria ocidental. Há uma preocupação em buscar uma identidade própria na construção de RI na China, como forma de se criar um conhecimento próprio de RI com características essencialmente chinesas (WANG, 2010). A ideia de se criar uma Escola Chinesa de RI, com influências próprias - como a do Confucionismo, em que o mundo é valorizado como um objeto único e não como um sistema de Estados-nação (veiculado pelo ocidente), - teria o potencial de construir um conhecimento autônomo e de restaurar o papel local contido na teoria ocidental.

Como pôde ser visto, a construção nacional de conceitos tem seu devido papel, porém apresenta limitações significativas, especialmente como instrumento de comparação com outros países e/ou regiões, inclusive próximas geográfica e culturalmente. A utilização de conceitos criados com base em uma ontologia nacional como instrumento de política comparada, por exemplo, torna-se infrutífera e pouco proveitosa. O uso de conceitos sob uma visão local ou nacional pode impedir a comunicação acadêmica, haja vista as inúmeras definições que podem ser associadas a conceitos como de supranacionalidade,

liberalismo, não-intervenção. Em muitos momentos, o diálogo acadêmico pode ser dificultado pelo uso de noções distintas sobre o mesmo conceito por seus participantes.

O uso desmedido de conceitos, como forma de fugir dos “ismos”, tradicionais dentro da TRI Ocidental, pode produzir um novo tipo de “ismo”: o *conceitualismo*. A construção de “ismos” é inevitável, dada a natureza do conhecimento social. (NAU, 2011). Há a necessidade de “ismos” para a construção de um diálogo possível, e o uso de conceitos não se exime dessa lógica.

Cada léxico conceitual tende a privilegiar uma abordagem teórica em detrimento de outra. Ao se selecionar determinados tópicos para título de estudo, outros, em contrapartida, são ignorados (NAU, 2011). Isso faz com que os conceitos tanto não possam escapar de uma valoração ideológica, quanto se associar inevitavelmente a alguma teoria em particular, prejudicando-se a potencialidade de êxito da proposta de Amado Cervo.

Diante do exposto, pode se entender que teorias e conceitos são abstrações imperfeitas. Ambas apresentam vantagens em seu uso, mas também diversas limitações e armadilhas. A proposta de favorecer o uso de conceitos em detrimento ao de teorias torna-se frágil ao revelarmos as ciladas que os conceitos também carregam e a possibilidade de cairmos em um mero *conceitualismo*, o culto ao conceito, o qual pode se dogmatizar tal como as tradições teóricas de RI. Mesmo considerados imperfeitos, teorias e conceitos são abstrações relevantes para o estudo de RI, pois continuam a ser instrumentos importantes na formulação de qualquer conhecimento que se pretenda ser acadêmico e científico. Outras possibilidades de se considerar o uso desses dois elementos, em seu uso conjunto, podem ser alternativas relevantes para futuros estudos de RI.

Possibilidades de utilização de conceitos e teorias em relações internacionais

O que poderia ser entendido como mais um debate em RI, teorias universais x conceitos regionais/nacionais, embora tenha seu significado, em seu sentido estrito pode manter a disciplina no campo dos grandes debates epistemológicos, afastando-a de maior aplicabilidade prática. Nesse sentido, a introdução de formas alternativas de utilização tanto de teorias como de conceitos em objetos específicos a serem estudados torna-se uma abordagem relevante para os estudos de RI.

Esse sectarismo acadêmico, caracterizado pela construção de debates dogmáticos entre “ismos”, nos quais é possível a inclusão da discussão teoricismo x conceitualismo, produz menos entendimento dos objetos normalmente analisados em RI. O choque de correntes, análogas a teologias competitivas, busca afirmar seus “milagres explicativos”, identificando suas verdades e valores

como universais. Conforme já discutido, não há uma expectativa de que em um futuro próximo surja uma teoria geral, universal e poderosa empiricamente em TRI (LAKE, 2011). Da mesma forma, as limitações inerentes aos conceitos impossibilitam qualquer tipo de generalização mais ampla. No âmago de todos esses debates, há o propósito de busca por uma hegemonia intelectual entre as tradições.

O enfoque no uso de teorias de alcance médio e na análise de fenômenos específicos pode ser visto como uma das alternativas para se conseguir produzir conhecimento significativo na disciplina (LAKE, 2011). O desenvolvimento de abordagens como o ecletismo analítico, além do uso de teorias de alcance médio, seriam mais produtivos do que os atuais debates epistemológicos “interdogmáticos”. Na visão de David Lake: “entramos em religiões acadêmicas, paramos de fazer ciência” (LAKE, 2011). A divisão entre as discussões tradicionais de TRI, na qual podemos incluir o debate teoria x conceitos, pode se transformar em uma torre de babel intelectual, onde o diálogo entre correntes torna-se impossível, pela construção, inclusive, de arcabouços conceituais próprios dentro de cada parte do debate. Há a necessidade de maior comunicação entre as diversas tradições, a qual poderia ser alcançada por meio da construção de um léxico conceitual comum.

De certo modo, a epistemologia sofre dos mesmos problemas que as teorias, dos quais o *conceitualismo* também é incapaz de se libertar. As formas pelas quais se obtém e se estrutura o conhecimento têm sido compreendidas como concorrentes, tais quais as tradições de TRI. A diferenciação entre epistemologia e metodologia pode ser uma alternativa à teologização epistemológica das RI (LAKE, 2011). Por meio de métodos considerados mistos, os quais favorecem a diversidade e têm o potencial de reconhecer legitimidade em abordagens distintas, é possível escapar do impasse criado pela construção da disciplina por meio de grandes debates. Modelos metodológicos dessa natureza procuram julgar as abordagens por seus próprios termos e conseguem aceitar que cada abordagem possa ser mais qualificada para ser aplicada em casos determinados. Diversidade de teoria e de método torna-se uma solução necessária para o atual estado da arte de RI.

No campo das abordagens metodológicas que se associam à busca por maior diversidade na produção do conhecimento, a potencialidade do Ecletismo Analítico é significativa. Ecletismo não é somente escolher um método para cada programa de pesquisa, mas uma forma ampla de formulação de problemas que não privilegia determinada abordagem. Enfatiza a complementaridade e procura quebrar, e não reificar as fronteiras das tradições de pesquisa. O Ecletismo Analítico procede por uma fundação pragmática, distanciando-se dos dilemas

epistemológicos supracitados com o objetivo de explorar problemáticas relevantes (SIL & KATZENSTEIN, 2011).

Essa como outras soluções para fuga do impasse epistemológico associam-se ao Pragmatismo. Essa abordagem tem sido ressaltada como substituta à recente ascensão do Relativismo e do Pós-Modernismo nas RI. Ao invés de desconstruir o conhecimento produzido por meio de métodos tradicionais, vinculados principalmente ao positivismo, o Pragmatismo procura reconstruir esses modelos explicativos. Há, dentro desse modelo metodológico, o reconhecimento de que o conhecimento é uma atividade social e discursiva. A orientação da pesquisa deve se fundar através da geração de conhecimento útil, escapando-se de debates epistemológicos infrutíferos. Dentre as alternativas pragmáticas, incluem-se o Ecletismo Analítico (supracitado); a Síntese Teórica, baseada na combinação de instrumentos teóricos distintos com um propósito analítico definido; e a Abdução, entendida como etapa intermediária entre os métodos dedutivos e indutivos (FRIEDRICHS & KRATOCHWIL, 2009). Interessante ressaltar que o Pragmatismo tende a ser mais constituído por conceitos do que por teorias (*concept-driven*), favorecendo a utilização de conceitos, mas de nenhum modo excluindo o papel das teorias.

Essas alternativas metodológicas não se esgotam dentre as citadas. Inúmeras variações entre os métodos apresentados podem ser construídos, com o objetivo de construir um conhecimento de utilidade direcionada e específica. A grande contribuição dessas abordagens, conforme ressaltado, está em serem alternativas, possibilitarem a fuga do impasse epistemológico criado em RI, no qual pode ser incluída a recente discussão de conceitos e teorias, e permitirem a continuação do desenvolvimento dos estudos da disciplina, por meio da combinação de teorias diversas com conceitos diversos.

Conclusão

O presente artigo procurou explorar uma proposta de debate recente em RI, que teve uma repercussão especial na academia brasileira, dada as contribuições de Amado Cervo ao debate. A reflexão apresentada não abarca toda a discussão existente. Outros acadêmicos de outras regiões, inclusive dentro da América Latina e América do Sul, também têm se posicionado nesse debate, o que o torna mais generalizado.

O ensino e o estudo de RI tem se baseado tradicionalmente no papel da construção de grandes debates teóricos dentro dessa recente disciplina. O embate entre diversos “ismos” funda-se na concepção universal, atemporal e imparcial de teoria, tal qual reforçado pelo positivismo científico. Conforme demonstrado, é possível entender o papel das TRIs, seguindo a análise da Teoria Crítica e

dos Estudos Pós-Coloniais, como instrumento de dominação hegemônica da intelectualidade ocidental sobre as demais regiões do globo.

A proposta de se apresentar como é estudado RI ao redor do mundo e a contribuição de Amado Cervo no combate ao *imperialismo epistemológico das teorias* são formas de se ampliar o debate do real papel das teorias e de incluir na discussão as vozes convencionalmente silenciadas. Nesse sentido, o uso de conceitos e a rejeição de teorizar têm um papel descolonizador, com o propósito de tornar o conhecimento da periferia autônomo a influências ocidentais.

Como visto, essa contribuição tem seu valor, mas carrega as mesmas ciladas e limitações expostas no uso de teorias. Assim como as teorias, conceitos também são feitos para alguém e para algum propósito. Suas limitações em generalizar também são notórias, impedindo ou dificultando seu uso para comparação com demais regiões ou localidades. Os conceitos, como seus formuladores, não conseguem se desvencilhar totalmente da influência de teorias e do pensamento ocidental. Cada léxico conceitual formulado carrega premissas teóricas e se afasta de outras, não contempladas pelos conceitos escolhidos. Acadêmicos que defendem o uso de conceito como instrumento formador e defensor de interesses nacionais não deixam de carregar a influência de sua formação acadêmica, em muitos casos baseada em estudos realizados no Ocidente, tal qual Amado Cervo no caso da França.

Conclui-se que teorias e conceitos são abstrações imperfeitas, apresentam vantagem em seu uso, mas também uma série de limitações e armadilhas associadas à sua falta de isenção de valores. Isso, no entanto, não rechaça a validade de utilização desses dois instrumentos analíticos na construção do conhecimento. Abordagens metodológicas alternativas apresentam a possibilidade de uso de teorias e conceitos em conjuntos com o objetivo específico de formular conhecimento útil, fugindo do impasse epistemológico dos grandes debates, nos quais se pode incluir um novo: teoricismo x conceitualismo. A formação de debates em RI tem seu valor muito limitado, que talvez possa ser resumido na formação de uma história para uma disciplina recente. O desenvolvimento de fato de RI está calcado nos estudos específicos realizados, sob influências teóricas e conceituais diversas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARYA, Amitav & BUZAN, Barry. Why is there no non-Western international theory? An introduction. In: ACHARYA, Amitav & BUZAN, Barry (orgs.). **Non-Western International Relations Theory. Perspectives On and Beyond Asia**, 2010.

BONIFACE, E.S. Mgonja; MAKOMBE, Iddi A.M.. Debating international relations and its relevance to the third world, **African Journal of Political Science and International Relations**, Vol. 3(1), pp. 027-037, January 2009.

CERVO, Amado. Conceitos em Relações Internacionais. **Rev. Bras. Polít. Int.** 51 (2): 8-25, 2008.

COX, Robert. Social Forces, States and World Order: Beyond International Relations Theory. In KEOHANE, Robert (ed.) **Neorealism and its critics**. Columbia University Press, New York, 1986.

FRIEDRICHS, Jörg; KRATOCHWIL, Friedrich. On Acting and Knowing: How Pragmatism Can Advance International Relations Research and Methodology. **International Organization** 63, Fall, 2009, pp 701–31.

HOUGHTON, David. Positivism ‘vs’ Postmodernism: Does Epistemology Make a Difference? **International Politics**, 45, 2008, (115–128).

LAKE, David A. Why “isms” Are Evil: Theory, Epistemology, and Academic Sects as Impediments to Understanding and Progress. **International Studies Quarterly**, 55, 2011, 465–480.

NAU, Henry R.. No Alternative to “Isms”. **International Studies Quarterly**, 55, 2011, 487–491

OFUHO, Cirino. Africa: Teaching IR where it’s not supposed to be. In: TICKNER, Arlene B. & WAEVER, Ole (orgs.). **International Relations Scholarship Around the World**, 2009.

RICHE, Flávio. Paradigmas, Teorias e Conceitos em Relações Internacionais: uma análise metateórica. **SÉCULO XXI**, Porto Alegre, V. 1, N°1, jan-dez 2010.
SIL, Rudra; KATZENSTEIN, Peter J.. De-Centering, Not Discarding, the “Isms”:

Some Friendly Amendments. **International Studies Quarterly** (2011) 55, 481–485

SNYDER, Jack. One World, Rival Theories. **Foreign Policy**, No. 145, Carnegie Endowment for International Peace Stable, 2004.

TICKNER, Arlene B. & WAEVER, Ole. Introduction: geocultural epistemologies. In: TICKNER, Arlene B. & WAEVER, Ole (orgs.). **International Relations Scholarship Around the World**, 2009.

TICKNER, Arlene B.; WAEVER, Ole. **Conclusion: worlding where the West once was**. In: TICKNER, Arlene B. & WAEVER, Ole (orgs.). **International Relations Scholarship Around the World**, 2009.

WÆVER, Ole. 2005. Figures of International Thought: Introducing Persons Instead of Paradigms, in NEUMMANN, Iver B and WÆVER, Ole (ed). **The Future of International Relations**. London & NY: Routledge, 1997

WALKER, Thomas; MORTON, Jeffrey. Re-Assessing the “Power of Power Politics” Thesis: Is Realism Still Dominant? **International Studies Review**, 7, 2005, 341–356.

WALT, Stephen. International Relations: One World, Many Theories. **Foreign Policy**, No. 110, Special Edition: Frontiers of Knowledge, Carnegie Endowment for International Peace Stable, 1998.

WANG, Yiwei. China: between copying and constructing. In: TICKNER, Arlene B. & WAEVER, Ole (orgs.). **International Relations Scholarship Around the World**, 2009.

Recebido em março de 2013

Aprovado em abril de 2013